

# COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

## REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. JORGE GOETTEN)

Requer que seja realizada audiência pública na Subcomissão Permanente de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas para debater as disposições do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2023, que tratem de questões relativas ao licenciamento de produtos da agroindústria artesanal e da fiscalização sobre a sua produção; ao risco de atividades econômicas e à emissão de alvarás de funcionamento; ao Direito Tributário e tributação; e aos impactos das normas tributárias propostas sobre a arrecadação dos Municípios.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para debater as disposições do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2023, que tratem de questões relativas ao licenciamento de produtos da agroindústria artesanal e da fiscalização sobre a sua produção; ao risco de atividades econômicas e à emissão de alvarás de funcionamento; ao Direito Tributário e tributação; e aos impactos das normas tributárias propostas sobre a arrecadação dos Municípios.

## JUSTIFICAÇÃO

A Subcomissão Permanente de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas analisará, em profundidade, o mérito do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2023 (que, nos termos de sua Ementa, busca



criar o “Simples Trabalhista”), bem como contribuirá para a elaboração de parecer e, eventualmente, de um substitutivo para o aprimoramento da proposição.

Há que se destacar que, apesar da menção quanto à criação de um Simples Trabalhista, o projeto ultrapassa sobremaneira a esfera trabalhista, abrangendo diversas outras matérias, propondo alterações de normas legais que tratam, por exemplo:

- da atuação do Sebrae;
- da alteração de diversas regras do Simples Nacional;
- da definição de exportadores de serviços ao exterior;
- do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;
- da previsão de processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- do risco de atividades econômicas;
- da dispensa de emissão de alvarás de funcionamento;
- de sistemas de comunicação eletrônica quanto a atos administrativos;
- de normas que tratam do licenciamento de produtos da agroindústria artesanal e da fiscalização sobre produtos agroindustriais; e
- de outros temas pontuais.



Nesse contexto, além de uma audiência pública que analise especificamente as questões trabalhistas em discussão no Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2023, é essencial que também seja realizada a audiência pública ora proposta, de maneira a discutir os temas que ultrapassam a esfera trabalhista, como as propostas referentes ao licenciamento de produtos da agroindústria artesanal e da fiscalização sobre a sua produção; ao risco de atividades econômicas e à emissão de alvarás de funcionamento; ao Direito Tributário e tributação; e aos impactos sobre as normas tributárias propostas sobre a arrecadação dos Municípios.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado JORGE GOETTEN

2023-12973

